

**AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 1.460 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : MIN. DIAS TOFFOLI  
**AUTOR(A/S)(ES)** : COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E  
SANEAMENTO - CASAN  
**ADV.(A/S)** : HANERON VICTOR MARCOS E OUTRO(A/S)  
**RÉU(É)(S)** : UNIÃO  
**ADV.(A/S)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**DESPACHO:**

Vistos.

Cuida-se de ação declaratória cumulada com repetição de indébito ajuizada pela COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN em face da UNIÃO, na qual se requer a declaração de inconstitucionalidade da cobrança de impostos federais e consequente reconhecimento da imunidade tributária, devendo a União ser condenada à restituição das quantias pagas indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos.

Em pedido de diligência de fls. 164 a 167, em observação ao art. 286 do Código de Processo Civil, o qual dispõe que o pedido deve ser certo e determinado, a Procuradoria-Geral da República entende ser necessária a intimação da autora para emendar a inicial e suprir as seguintes deficiências:

“(i) os impostos federais e os créditos tributários cuja constituição são vedados pela regra da imunidade tributária; (ii) as parcelas de renda dos serviços públicos de tratamento de água potável e coleta, distribuição e tratamento de esgoto, abrangidos pela imunidade; (iii) os valores recolhidos, nos últimos 05 anos, desde o ajuizamento, e que entende indevidos; e as respectivas provas documentais.” (fls. 166/167).

Nessa conformidade, **defiro** o pedido da douta Procuradoria-Geral da República e **determino** a intimação da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN para emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos solicitados às fls. 166 e 167 dos autos.

**ACO 1460 / SC**

Brasília, 13 de junho de 2013.

**Ministro DIAS TOFFOLI**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*